

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023

Altera o Anexo I da Resolução nº 25, de 30 de junho de 2021, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN).

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de sua competência definida no art. 96, I, a, da Constituição Federal, e tendo em vista o que foi deliberado na Sessão Plenária desta data,

CONSIDERANDO a Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a necessidade de analisar os novos cenários, o levantamento de iniciativas estratégicas, indicadores, metas e homologação dos macrodesafios com o propósito de cumprir sua Missão, buscando alcançar a desejada Visão de futuro, foi contemplada por meio de reuniões que possibilitaram ampla discussão sobre os temas; e

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 04101.078454/2023-79 (SIGAJUS),

RESOLVE:

Art. 1º O Anexo I da Resolução nº 25, de 30 de junho de 2021, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), passa a vigorar de acordo com o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. Amílcar Maia
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023

Des. Expedito Ferreira

Des. João Rebouças

Des. Saraiva Sobrinho

Juiz Eduardo Pinheiro
(em substituição ao Des. Vivaldo Pinheiro)

Des. Dilermando Mota

Des. Virgílio Macedo Júnior

Des. Glauber Rêgo

Des. Gilson Barbosa

Des. Cornélio Alves

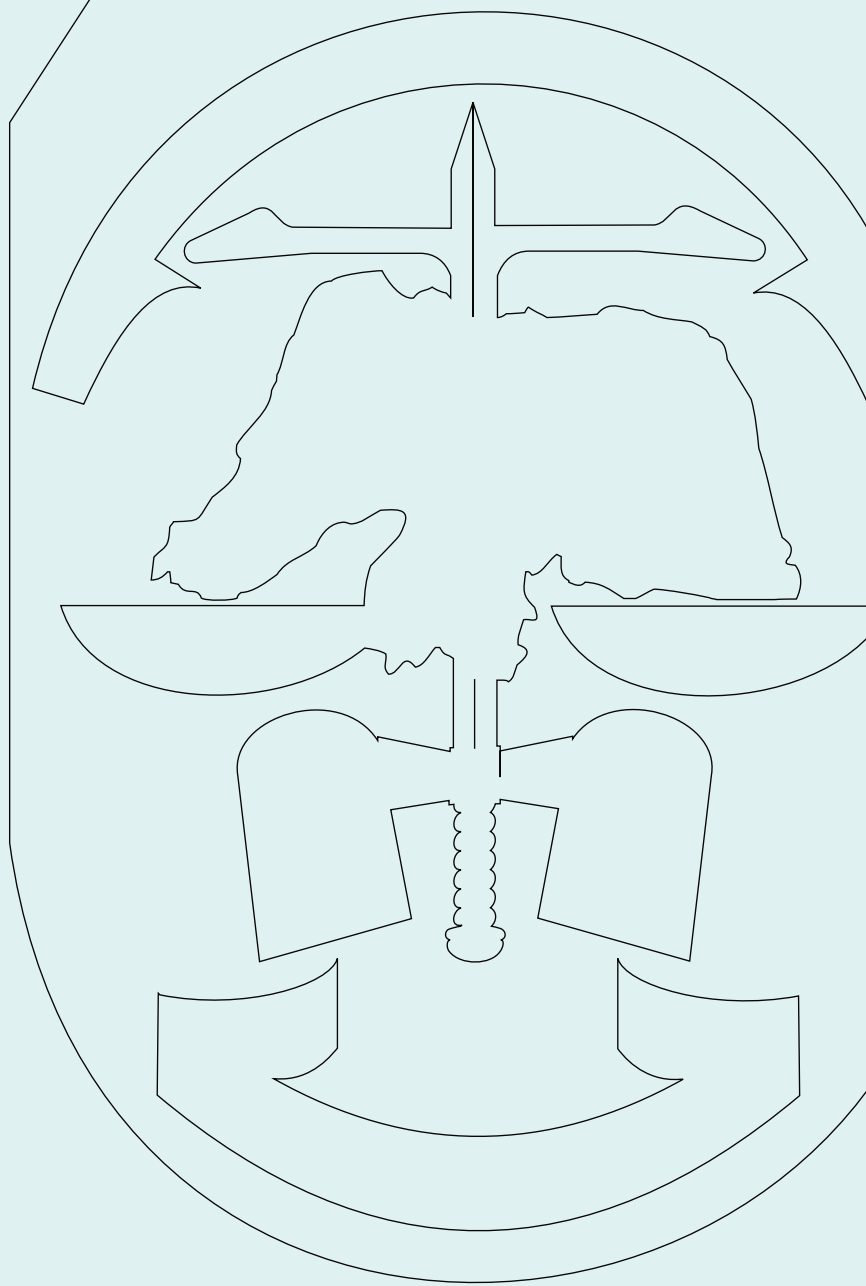
Juiz Luiz Alberto
(em substituição a Des^a. Lourdes Azevêdo)

Des^a. Berenice Capuxú

ANEXO ÚNICO

“ANEXO I

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026



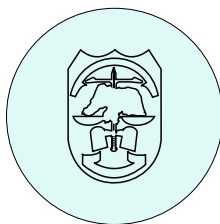
Planejamento Estratégico

2021 - 2026

Versão: 17 de novembro de 2023

TJRN

Secretaria de
Gestão Estratégica



Mapa Estratégico



Missão

Prevenir e dirimir conflitos de forma ágil, eficiente e sustentável, Promovendo a justiça e paz social.



Visão

Ser reconhecida perante a sociedade como uma instituição inovadora, efetiva, sustentável, com magistrados e servidores motivados.



Valores

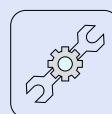
- Efetividade.
- Proatividade e inovação nos serviços e processos.
- Celeridade.
- Sustentabilidade.
- Segurança Jurídica.
- Transparência e ética.
- Comunicação eficaz com foco no usuário.
- Reconhecimento e valorização das pessoas.
- Respeito à diversidade.
- Acessibilidade.



Sociedade

Objetivos

- Garantir os Direitos Fundamentais.



Processos internos

Objetivos

- Estimular a qualidade dos serviços.
- Fortalecer a política judiciária de soluções alternativas de conflitos.
- Incentivar a eficácia e efetividade da prestação jurisdicional.



Aprendizagem e crescimento

Objetivos

- Aprimorar a Gestão de Pessoas.
- Estimular o comportamento inovador e colaborativo.



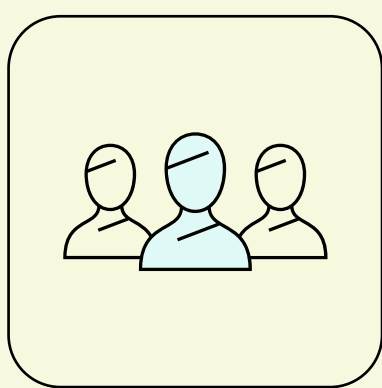
Recursos estratégicos

Objetivos

- Aperfeiçoar a Governança.
- Fomentar a transformação digital.
- Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira.
- Impulsionar a implantação e a gestão de políticas de sustentabilidade.

Portfólio de projetos

Utilize o mapa para acessar os tópicos deste documento.



PERSPECTIVA

Sociedade

PERSPECTIVA	Sociedade.
OBJETIVO	Garantir os direitos fundamentais.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Objetiva garantir que a população reconheça o Poder Judiciário do Rio Grande do Norte por prevenir e dirimir conflitos promovendo a justiça e a paz social, garantindo a acessibilidade e inclusão a todos, bem como os direitos fundamentais à privacidade e à intimidade da pessoa.
INDICADORES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de acesso à Justiça; 2. Índice de transparência; 3. Índice de atendimento ao cidadão; 4. Índice de implantação da LGPD.

Iniciativas estratégicas

1. Índice de acesso à Justiça.

- Realizar pesquisa de satisfação com o público interno e externo a cada 2 anos;
- Atermação eletrônica (ampliar o acesso à Justiça por meio da implantação do sistema de atermação eletrônica em todo o Estado);
- Ampliar o acesso à Justiça por meio da expansão das salas passivas de audiência e atendimento em todo o Estado, tendo em vista a população que não tem acesso à internet;
- Atender todas as exigências normativas para acessibilidade quanto à infraestrutura predial;
- Implantar nos sites do Judiciário “Leitor de Site e tradutor para libras”;
- Simplificação da linguagem jurídica nas comunicações oficiais do Tribunal.

2. Índice de transparência.

- Monitorar o índice de adesão aos requisitos do Portal da Transparência;
- Aperfeiçoar o Portal de Transparência do TJRN com o objetivo de alcançar 100% no Ranking da Transparência nos itens não atendidos;

3. Índice de atendimento ao cidadão.

- Estabelecer um monitoramento das demandas processadas pela Ouvidoria sem resposta das unidades judiciárias dentro dos 30 dias estabelecidos pelo CNJ;


● Planejamento Estratégico 2021-2026

- Apresentar trimestralmente à Presidência relatório com as unidades mais demandadas e os assuntos que foram discutidos nessas demandas;
- Aperfeiçoar o sistema da Ouvidoria para que se integre melhor com as unidades da área meio e fim (interoperabilidade).


4. Índice de implantação da LGPD.


- Cumprimento das etapas do Projeto de implantação da LGPD;
- Adequar o portal do TJRN às diretrizes da Resolução nº 363, de 12 de janeiro de 2021, do CNJ, e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Fichas dos indicadores estratégicos


INDICADOR						
Perspectiva	Sociedade.					
Objetivo estratégico	Garantir os direitos fundamentais.					
Nome do indicador	INDICADOR 01: ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA.					
O que mede?	A proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos do Poder Judiciário Estadual, conforme item 16.6.2 da ODS.					
Como medir?	Realizando pesquisa bianual de satisfação com o público interno e externo.					
ODS	 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Bianual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	A partir de pesquisa com instrumento de pesquisa elaborado e aplicado pela Secretaria de Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte.					
Responsável:	Secretário(a) de Gestão Estratégica.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	50%	-	70%	-

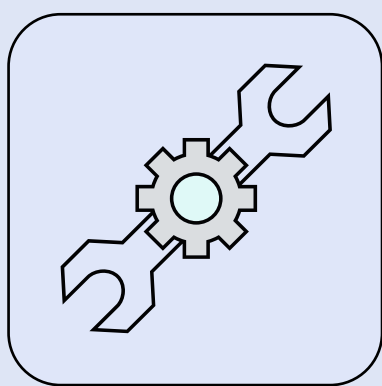
● Planejamento Estratégico 2021-2026

INDICADOR						
Perspectiva	Sociedade.					
Objetivo estratégico	Garantir os direitos fundamentais.					
Nome do indicador	INDICADOR 02: ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA.					
O que mede?	Percentual (%) obtido no ranking da transparência do Poder Judiciário com base na Resolução CNJ n. 260/2018, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).					
Como medir?	Medido pelo Conselho Nacional de Justiça comparando com os demais tribunais de justiça estadual.					
ODS	 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	CNJ-DGE.					
Responsável:	Secretaria Geral (SG).					
Linha de base:	Ano 2020: 76,34%.					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	80%	85%	90%	95%	96%	100%

INDICADOR						
Perspectiva	Sociedade.					
Objetivo estratégico	Garantir os direitos fundamentais.					
Nome do indicador	INDICADOR 03: ÍNDICE DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO.					
O que mede?	Mede o Percentual (%) de atendimento ao cidadão.					
Como medir?	$IAC = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de demandas respondidas}}{\text{Total de demandas recebidas do CNJ}} \times 100$					
ODS	 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	CNJ-DGE.					
Responsável:	Ouvidoria do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte.					
Linha de base:	Ano 2020: 30,4%.					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	71%	81%	91%	100%	100%	100%

● Planejamento Estratégico 2021-2026

INDICADOR						
Perspectiva	Sociedade.					
Objetivo estratégico	Garantir os direitos fundamentais.					
Nome do indicador	INDICADOR 04: Índice de implantação da LGPD.					
O que mede?	Mede o Percentual (%) de etapas de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados.					
Como medir?	$ICLGPD = \frac{N^{\circ} \text{ de etapas implantadas}}{\text{Total de etapas estabelecidas em cada fase do sistema do Programa de Proteção de Dados (SGPD/DPMS)}} \times 100$					
ODS	 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC).					
Responsável:	Comitê Gestor de Proteção de Dados do Poder Judiciário do RN.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	20%	50%	75%	80%	90%	100%



PERSPECTIVA

Processos internos

PERSPECTIVA	Processos internos.
OBJETIVO	Estimular a qualidade dos serviços.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Cumprir com a missão precípua da Corregedoria Geral de Justiça no que se refere às atividades extrajudiciais.
INDICADORES	1. Índice de unidades inseridas no critério em atenção; 2. Índice de serventias extrajudiciais correicionadas.

Iniciativas estratégicas


1. Índice de unidades inseridas no critério em atenção.

- Utilização do GPSJUS;
- Busca da superação das metas;
- Gestão de processos por similitude;
- Alternância do julgamento por ordem cronológica.


2. Índice de serventias extrajudiciais correicionadas.

- Criar painel com indicadores essenciais para o bom funcionamento das serventias extrajudiciais e classificá-las anualmente;
- Monitorar os indicadores essenciais para o bom funcionamento das serventias extrajudiciais e classificá-las anualmente;
- Calendarizar as correições nas serventias extrajudiciais de acordo com o painel de indicadores;
- Auxiliar os juízes corregedores permanentes para correições anuais em conformidade com os requisitos classificados pela Corregedoria Geral de Justiça como essenciais para o bom funcionamento das serventias extrajudiciais;

Fichas dos indicadores estratégicos

INDICADOR						
Perspectiva	Processos internos.					
Objetivo estratégico	Estimular a qualidade dos serviços.					
Nome do indicador	INDICADOR 05: ÍNDICE DE UNIDADES INSERIDAS NO CRITÉRIO EM ATENÇÃO.					
O que mede?	Mede a aderência ou não da unidade aos indicadores elencados pela CGJ.					
Como medir?	Quantidade de unidades não aderentes (em atenção).					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Quantidade.					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Menor melhor.					
Onde medir?	CGJ.					
Responsável:	Corregedoria Geral de Justiça (CGJ).					
Linha de base:	2020: 40.					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	35	28	20	15	10	10

● Planejamento Estratégico 2021-2026


INDICADOR						
Perspectiva	Processos internos.					
Objetivo estratégico	Estimular a qualidade dos serviços.					
Nome do indicador	INDICADOR 06: ÍNDICE DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS CORREICIONADAS.					
O que mede?	O número de serventias extrajudiciais que foram correicionadas no período pelos juízes corregedores permanentes com a supervisão da CGJ.					
Como medir?	$SEC = \frac{\text{Total de serventias extrajudiciais correicionadas pela primeira ou única vez no período de 2021 – 2026}}{\text{Total de serventias extrajudiciais}}$ <p>Quantidade de serventias que atendem integralmente aos padrões mínimos.</p>					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Quantidade.					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	SIEX.					
Responsável:	Corregedoria Geral de Justiça (CGJ).					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	80%	80%	80%	90%	100%	100%


PERSPECTIVA	Processos internos.
OBJETIVO	Fortalecer a política judiciária de soluções alternativas de conflitos.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Estimular a resolução de conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.
INDICADORES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de conciliação pré-processual; 2. Índice de conciliação processual; 3. Índice de realização de audiências de conciliação/mediação.

Iniciativas estratégicas


- Aperfeiçoar a estrutura física e tecnológica para realização de audiências nos fóruns possibilitando o acesso digital a sociedade;
- Integrar o PJe com a plataforma do CONSUMIDOR.GOV (demanda pré-processual);
- Utilizar meios automatizados ou de Inteligência Artificial para identificar demandas que possam ser solucionadas aplicando as práticas de solução de conflitos;
- Desenvolver painel estatístico para o NUPEMEC;
- Implantar e expandir práticas de justiça restaurativa;
- Firmar convênios com órgãos parceiros, buscando parcerias para que a conciliação de conflitos ocorra antes de chegar ao Judiciário;
- Publicar cadastro de maiores litigantes e manter reuniões com estes, viabilizando a realização de acordos;
- Estabelecer acordos coletivos em processos fazendários.

Fichas dos indicadores estratégicos

INDICADOR						
Perspectiva	Processos internos.					
Objetivo estratégico	Fortalecer a política judiciária de soluções alternativas de conflitos.					
Nome do indicador	INDICADOR 07: ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL.					
O que mede?	Mede o avanço nas conciliações pré-processuais frente à demanda.					
Como medir?	$ICPreProc = \frac{\text{Total de acordos nesses processos}}{\text{Total de Reclamações pré-processuais no ano}}$ <p>Percentual (%) de sentenças homologatórias de acordo na fase de conhecimento em relação ao total de sentenças de conhecimento.</p> <p>Classe: 11875 – Reclamação Pré-Processual. Classe que deverá ser utilizada para cadastramento de todas as reclamações pré-processuais (pedidos de mediação ou conciliação pré-processuais). Não se constitui em processo judicial e sim em procedimento prévio.</p>					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Semestral.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Relatório Justiça em Números, CNJ e Relatórios do GPSJUS.					
Responsável:	Coordenador do NUPEMEC.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	13%	15%	17%	18%	19%	20%

INDICADOR						
Perspectiva	Processos internos.					
Objetivo estratégico	Fortalecer a política judiciária de soluções alternativas de conflitos.					
Nome do indicador	INDICADOR 08: ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO PROCESSUAL.					
O que mede?	Mede o avanço nas conciliações frente à demanda.					
Como medir?	$ICProc = \frac{\text{Sentenças homologatórias}}{\text{Total de sentenças de conhecimento}}$ <p>Percentual (%) de sentenças homologatórias de acordo na fase de conhecimento em relação ao total de sentenças de conhecimento.</p>					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Semestral.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Relatório Justiça em Números, CNJ e Relatórios do GPSJUS.					
Responsável:	Coordenador do NUPEMEC.					
Linha de base:	Ano 2019: 12,90%.					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	13%	15%	17%	18%	19%	20%

● Planejamento Estratégico 2021-2026

INDICADOR						
Perspectiva	Processos internos.					
Objetivo estratégico	Fortalecer a política judiciária de soluções alternativas de conflito.					
Nome do indicador	INDICADOR 09: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO.					
O que mede?	Mede o índice de audiências de conciliação/mediação efetivamente realizadas nas unidades judiciárias, considerando as audiências realizadas na vara e no CEJUSC.					
Como medir?	$IRACM = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de audiências de conciliação ou mediação realizadas}}{\text{Total de audiências de conciliação mediação designadas}} \times 100$ <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Complementos do numerador = realizadas. • Complementos do denominador = designadas. 					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Semestral.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Relatório Justiça em Números, CNJ e Relatórios do GPSJUS.					
Responsável:	Coordenador do NUPEMEC.					
Linha de base:	Em 10-05-2021: $[(1+17.917) / 76.190] * 100 = 23,52\%$.					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	55%	60%	65%	70%	70%	75%

PERSPECTIVA	Processos internos.
OBJETIVO	Incentivar a eficácia e efetividade da prestação jurisdicional.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja, a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.
INDICADORES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de atendimento à demanda; 2. Índice de cumprimento das Metas Nacionais; 3. Índice de iniciativas implantadas; 4. Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal; 5. Posição no ranking do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus).

Iniciativas estratégicas

1. Índice de atendimento à demanda.

- Estimular o julgamento de processos em número superior aos distribuídos, com percentuais condizentes aos aplicados nas avaliações comparativas entre tribunais (Metas Nacionais e Prêmio do CNJ de Qualidade), sendo o parâmetro mínimo de julgados o que fora realizado na média do biênio anterior (Busca da superação das metas).

2. Posição no ranking do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus).

- Aumentar o quantitativo de processos baixados com alinhamento aos indicadores correlatos estabelecidos no Prêmio CNJ de Qualidade (Utilização do GPSJUS);
- Fomentar o conhecimento sobre o uso dos sistemas judiciais, do GPSJUS, das estatísticas do CNJ, bem como sobre o entendimento e a aplicação das Tabelas Processuais Unificadas;
- Disseminar boas práticas de gestão e capacitar os gestores nas respectivas competências;
- Estabelecer e disseminar os indicadores de performance de gestão nas unidades judiciárias.

3. Índice de cumprimento das Metas Nacionais.

- Intensificar os julgamentos dos processos enquadrados nas Metas do ano de referência.


4. Índice de iniciativas implantadas.

- Realizar treinamento com juízes e servidores para que possam identificar as demandas repetitivas, aplicando os precedentes obrigatórios de maneira mais adequada;
- Atuar junto ao setor de TI no sentido de buscar o desenvolvimento de sistemas capazes de efetuar a triagem e organização dos feitos processuais, de maneira a lhes dar um tratamento adequado;
- Elaborar um Plano de Comunicação dos precedentes existentes no Judiciário do RN e brasileiro, capaz de atingir todos os protagonistas do sistema judiciário, facilitando assim sua aplicação;
- Atuar na diminuição do acervo processual da Vice-Presidência diminuindo também a taxa de congestionamento líquida;
- Buscar o diálogo com os protagonistas do sistema judicial, viabilizando assim uma maior eficiência da prestação jurisdicional aplicada aos princípios cooperacionais;
- Atuar no sentido de dobrar o número de IRDRs admitidos no Judiciário potiguar nos próximos 12 meses.


5. Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal.


- Propor automatização de rotinas dos executivos fiscais no PJe;
- Otimizar os fluxos de execução fiscal com a participação da 6ª Vara de Execução Fiscal no Projeto Piloto do CNJ;
- Estabelecer treinamento do Banco de Dados Matilha do Ministério Público para as unidades judiciais e os Oficiais de Justiça;
- Estimular que as Procuradorias Fiscais concentrem os executivos fiscais no início do ano forense para evitar aumento dos processos pendentes de baixa;
- Atuar no pré-processual por meio do CEJUSC Fiscal para diminuir o quantitativo de ajuizamento de executivos fiscais;
- Manter diálogo permanente com as Procuradorias e Secretarias de Tributação Municipais e Estaduais para tentar viabilizar acordos;
- Reduzir o estoque de processos nas unidades especializadas em execução fiscal de modo a impactar a redução geral da taxa de congestionamento em relação ao ano anterior;
- Estimular a aplicação dos mecanismos de bloqueios: SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD e LEILÕES JUDICIAIS.

Fichas dos indicadores estratégicos


INDICADOR						
Perspectiva	Processos internos.					
Objetivo estratégico	Incentivar a eficácia e efetividade da prestação jurisdicional.					
Nome do indicador	INDICADOR 10: ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA.					
O que mede?	Mede a capacidade do TJRN em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados.					
Como medir?	$IAD = \frac{TBaix}{Cn} \times 100$ <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • TBAix: Número de processos baixados no período. • Cn: Número de casos novos no período da Justiça comum, 2º grau, juizados especiais e turma recursal. 					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	DATAJUD.					
Responsável:	Presidente do Poder Judiciário do RN.					
Linha de base:	Ano 2019: 110,99%.					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	112%	114%	116%	118%	120%	122%


● Planejamento Estratégico 2021-2026

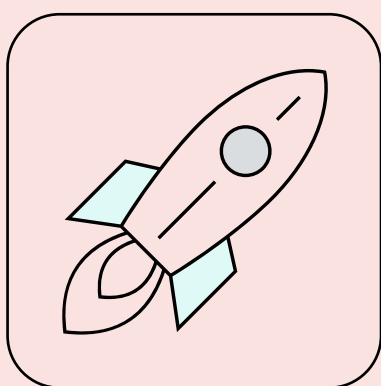
INDICADOR						
Perspectiva	Processos internos.					
Objetivo estratégico	Incentivar o contínuo aperfeiçoamento da gestão judiciária					
Nome do indicador	INDICADOR 11: POSIÇÃO NO RANKING DO ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA (IPC-Jus).					
O que mede?	O IPC-Jus é calculado a partir de parâmetros de produtividade definidos com base em informações dos próprios tribunais, considerando o fluxo de entrada – número de processos que ingressaram, recursos humanos e financeiros disponíveis, servidores e despesas –, e o fluxo de saída, ou seja, os processos baixados. Dessa forma, os tribunais que mais baixam processos em relação aos seus insumos são os que mais se destacam no IPC-Jus.					
Como medir?	Mede a posição do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte em relação aos demais tribunais estaduais de mesmo porte, com base no IPC-Jus.					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Posição no Ranking.					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Menor melhor.					
Onde medir?	Relatório Justiça em Números, CNJ.					
Responsável:	Presidente do Poder Judiciário do RN.					
Linha de base:	Ano 2019: 6º lugar.					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	6º	5º	4º	3º	2º	1º

INDICADOR						
Perspectiva	Processos internos.					
Objetivo estratégico	Incentivar a eficácia e efetividade da prestação jurisdicional.					
Nome do indicador	INDICADOR 12: ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS.					
O que mede?	Mede o Percentual (%) de cumprimento das metas nacionais de acordo com os critérios do Prêmio CNJ de Qualidade.					
Como medir?	Medido pelo CNJ no Painel de Resultados das Metas Nacionais e por meio do GPSJUS para verificar o grau de cumprimento por unidade judicial.					
ODS	 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Semestral.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	CNJ-Painel de Resultados das Metas Nacionais e GPSJUS.					
Responsável:	Secretaria de Gestão Estratégica/Corregedoria Geral de Justiça.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	90%	100%	100%	100%	100%	100%

● Planejamento Estratégico 2021-2026

INDICADOR						
Perspectiva	Processos internos.					
Objetivo estratégico	Incentivar a eficácia e efetividade da prestação jurisdicional.					
Nome do indicador	INDICADOR 13: ÍNDICE DE INICIATIVAS IMPLANTADAS.					
O que mede?	Mede a quantidade de iniciativas implantadas pela Vice-Presidência, que visam a aprimorar a efetividade da prestação jurisdicional.					
Como medir?	Somatório das iniciativas implantadas ao ano, sendo: 2 do NUGEP, 2 do NAC, 2 do Centro de Inteligência, 2 do Núcleo de Cooperação e 2 do CSI.					
ODS	 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.					
Unidade de medida	Quantidade.					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Vice-Presidência.					
Responsável:	Juíz Auxiliar da Vice-Presidência.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	10	10	10	10

INDICADOR						
Perspectiva	Processos internos.					
Objetivo estratégico	Incentivar o contínuo aperfeiçoamento da gestão judiciária.					
Nome do indicador	INDICADOR 14: TAXA DE CONGESTIONAMENTO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL.					
O que mede?	Mede a taxa de congestionamento dos processos de execução fiscal no período.					
Como medir?	$TCExtFisc = \frac{CPExtFisc1}{CPExtFisc1 + T BaixExtFisc1} \times 100$ <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CPExtFisc1: Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau; • T BaixExtFisc1: Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º grau. 					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Menor melhor.					
Onde medir?	Relatório Justiça em Números, CNJ.					
Responsável:	Presidente do Poder Judiciário do RN.					
Linha de base:	Ano 2019: 84,2%.					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	84%	83%	82%	81%	80%	79%



PERSPECTIVA

Aprendizagem e crescimento

PERSPECTIVA	Aprendizagem e crescimento.
OBJETIVO	Aprimorar a gestão de pessoas.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.
INDICADORES	1. Índice de implantação do projeto de gestão de pessoas; 2. Índice de capacitação de magistrados e servidores em cursos de 20h e 10h, respectivamente.

Iniciativas estratégicas

1. Índice de implantação do projeto de gestão de pessoas.

- Desenvolvimento das habilidades de gestão, visando à meritocracia, à motivação dos servidores e ao trabalho em equipe;
- Planejar ações institucionais com foco na valorização de magistrados e servidores;
- Implantar a gestão por competências;
- Aperfeiçoar os sistemas da área de informação de pessoas;
- Ampliar ações de qualidade de vida para magistrados e servidores;
- Realizar pesquisa de clima organizacional;
- Adequar a força de trabalho que garanta o quadro mínimo ao atendimento das demandas das unidades administrativas e judiciais.

2. Índice de capacitação de magistrados e servidores em cursos de 20h e 10h, respectivamente.

- Realizar pesquisa com magistrados e servidores para identificar necessidades de treinamento;

● Planejamento Estratégico 2021-2026

- Criar grupos de apoio na ESMARN para recebimento de ideias e elaboração de forma colaborativa dos planos de curso;
- Expandir os cursos para magistrados e servidores em formato híbrido.

Fichas dos indicadores estratégicos

INDICADOR						
Perspectiva	Aprendizagem e crescimento.					
Objetivo estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Nome do indicador	INDICADOR 15: ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE GESTÃO DE PESSOAS.					
O que mede?	Mede o percentual de implantação do projeto de gestão de pessoas.					
Como medir?	$IPGP = \frac{N^{\circ} \text{ de Etapas Implantadas}}{\text{Total de etapas estabelecidas}} \times 100$					
ODS	 <p>3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.</p>					
	 <p>4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p>					
Unidade de medida	Percentual.					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Secretaria de Administração.					
Responsável:	Secretário(a) de Administração.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	0%	0%	0%	20%	40%	60%

INDICADOR						
Perspectiva	Aprendizagem e crescimento.					
Objetivo estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Nome do indicador	INDICADOR 16: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DE NO MÍNIMO 20h PARA MAGISTRADOS E NO MÍNIMO 10h PARA SERVIDORES.					
O que mede?	Mede o Percentual (%) de magistrados e servidores capacitados em cursos ou minicursos, promovidos pela instituição, em relação ao número total de magistrados e servidores.					
Como medir?	$ICap = \frac{\text{Total de magistrados capacitados}}{\text{Total de magistrados}}$ $ICap = \frac{\text{Total de servidores capacitados}}{\text{Total de servidores}}$					
ODS	 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.					
	 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	ESMARN.					
Responsável:	Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte e Secretaria de Administração.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta magistrados	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	30%	30%	30%	35%	40%	45%
Meta servidores	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	15%	15%	15%	17,5%	20%	22,5%



● Planejamento Estratégico 2021-2026

PERSPECTIVA	Aprendizagem e crescimento.
OBJETIVO	Estimular o comportamento inovador e colaborativo.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Aperfeiçoar a execução das atividades do laboratório de inovação com foco no aprimoramento da prestação jurisdicional e gestão administrativa.
INDICADORES	1. Índice de implantação das ideias classificadas como inovadoras.

Iniciativas estratégicas

- Capacitar os servidores na abordagem Design Thinking;
- Realizar oficinas para estabelecer a forma de solução dos problemas elencados;
- Instalar um espaço criativo físico ou virtual;
- Formar rede colaborativa com laboratórios de outras instituições, estimulando a inovação aberta.

Fichas dos indicadores estratégicos

INDICADOR						
Perspectiva	Aprendizagem e crescimento.					
Objetivo estratégico	Estimular o comportamento inovador e colaborativo.					
Nome do indicador	INDICADOR 17: ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DAS IDEIAS CLASSIFICADAS COMO INOVADORAS.					
O que mede?	Mede o número de ideias inovadoras implantadas por ano.					
Como medir?	Quantidade de ideias inovadoras implantadas.					
ODS	 <p>9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p>					
	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Quantidade.					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Laboratório de Inovação.					
Responsável:	Coordenador do Laboratório de Inovação.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	1	2	2	2	2



PERSPECTIVA

Recursos estratégicos

PERSPECTIVA	Recursos estratégicos.
OBJETIVO	Aperfeiçoar a Governança.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Visa a maximizar a disponibilização de dados estratégicos contemplando sistemas da área meio e fim.
INDICADORES	<ol style="list-style-type: none"> Índice de desempenho nos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade; Índice de implantação de Políticas de Governança das Contratações Públicas.

Iniciativas estratégicas

1. Índice de desempenho nos requisitos do Prêmio DATAJUD.

- Construir nova base de dados para processamento de dados mais célere e menos suscetível a falhas;
- Desenvolver o painel DATAJUD no GPSJUS para monitoramento das unidades;
- Elaborar “Painel Comparativo do Bem” vislumbrando uma concorrência saudável entre as unidades;
- Elaborar uma campanha de divulgação com os critérios do Prêmio CNJ de Qualidade.


2. Índice de implantação de Políticas de Governança das Contratações Públicas.

- Definição de fluxograma/regulamentação de processos de contratação com critérios de sustentabilidade e avaliação dos resultados das contratações;
- Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) na contratação de obras;
- Procedimentos para a fiscalização contratual, respeitando-se os princípios do devido processo legal e do contraditório quando da apuração de descumprimentos junto a fornecedores;
- Capacitação de magistrados e servidores na área de sustentabilidade, integridade e gestão de riscos;
- Instituir Política de Gestão de Riscos às Contratações.
- Processo de padronização e catalogação de itens sob sua responsabilidade no catálogo de materiais e serviços, sempre que possível, com a inclusão de critérios de sustentabilidade;
- Elaboração de plano de comunicação para a área de contratações, inclusive com recursos de visual law que tornem a linguagem usual e acessível;
- Promover a transparência das informações relativas às contratações;


 Planejamento Estratégico 2021-2026

- Estabelecer política de integridade aplicada às contratações e de interação com o mercado fornecedor;
- Implantar sistema informatizado de gestão e fiscalização de contratos;
- Regulamentação do processo sancionatório decorrente de compras e contratações públicas;
- Regulamentação que preveja a devida segregação de funções em todas as fases do processo de contratação;
- Definir a área para acompanhar a implementação das diretrizes, estruturas, processos, controles e gestão de riscos estabelecidos na Resolução n° 347/2020, do CNJ;
- Estabelecer Plano de Auditoria para acompanhar a implementação da Resolução n° 347/2020, do CNJ, neste Tribunal.

Fichas dos indicadores estratégicos

INDICADOR						
Perspectiva	Recursos estratégicos.					
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a Gestão de Governança.					
Nome do indicador	INDICADOR 18: ÍNDICE DE DESEMPENHO NOS REQUISITOS DO PRÊMIO DATAJUD.					
O que mede?	O encaminhamento dos dados corretos e no prazo das informações solicitadas pelo Conselho Nacional de Justiça.					
Como medir?	$PRÊMIO = \frac{\text{Soma da pontuação alcançada}}{\text{Total de pontos no prêmio}} \times 100$					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	CNJ.					
Responsável:	Secretário(a) de Gestão Estratégica.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	100%	100%	100%	100%

● Planejamento Estratégico 2021-2026


INDICADOR						
Perspectiva	Recursos estratégicos.					
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a Gestão de Governança.					
Nome do indicador	INDICADOR 19: Índice de implantação de Políticas de Governança das Contratações Públicas.					
O que mede?	Mede o percentual de iniciativas para implantação de Políticas de Governança das Contratações Públicas.					
Como medir?	$IIPGCP = \frac{N^{\circ} \text{ de iniciativas implantadas}}{\text{Total de iniciativas estabelecidas}} \times 100$					
ODS	 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Anual.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Secretaria Geral.					
Responsável:	Secretário(a) Geral.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	20%	50%	70%	100%

PERSPECTIVA	Recursos estratégicos.
OBJETIVO	Fomentar a transformação digital.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Atendimento à Resolução nº 370/2020-CNJ, que estabelece que a ENTIC- JUD, atenda aos objetivos estratégicos distribuídos em suas três perspectivas: “sociedade”, “aprendizado e crescimento” e “processos internos”.
INDICADORES	1. Índice de processos tratados por solução de inteligência artificial, modelagem de aprendizado de máquina ou automação.

Iniciativas estratégicas

- Implantar as soluções do SINAPSES que são aderentes à realidade do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte;
- Capacitar magistrados e servidores para nivelamento de conhecimento a respeito de inteligência artificial, modelagem de aprendizado de máquina ou automação;
- Coletar ideias a partir de pesquisas e formações continuadas para modelagem de soluções de IA.

Fichas dos indicadores estratégicos

INDICADOR						
Perspectiva	Recursos estratégicos.					
Objetivo estratégico	Fomentar a transformação digital.					
Nome do indicador	INDICADOR 20: ÍNDICE DE PROCESSOS TRATADOS POR SOLUÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, MODELAGEM DE APRENDIZADO DE MÁQUINA E AUTOMAÇÃO.					
O que mede?	Mede o Percentual (%) de processos judiciais do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte que, para prover celeridade ao trâmite processual, foram objeto de alguma ação que deveria ser realizada por intervenção humana, mas que foi executada por ferramenta de inteligência artificial, de aprendizado de máquina ou de automação.					
Como medir?	$ISDN = \frac{\text{Nº de processos do acervo que passaram por ferramentas de IA, ML ou Automação}}{\text{Acervo total de escopo de atuação da ferramenta de IA, ML ou atomação}} \times 100$					
ODS	 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Semestral.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC).					
Responsável:	Secretário(a) da SETIC.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	10%	20%	35%	45%	55%	60%


PERSPECTIVA	Recursos estratégicos.
OBJETIVO	Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Implantar mecanismos para melhoria de controle da dotação dos recursos financeiros aos projetos estratégicos do Poder Judiciário do RN.
INDICADORES	<ol style="list-style-type: none">1. Índice de execução orçamentária;2. Índice de aderência da execução orçamentária ao PAC;3. Índice de integração das ações orçamentárias relacionadas ao Planejamento Estratégico.

Iniciativas estratégicas


- Garantir o alinhamento do planejamento orçamentário aos objetivos estratégicos;
- Implantar a gestão de custos (centro de custos);
- Aperfeiçoar o controle orçamentário;
- Aumentar a arrecadação do FDJ;
- Implantar o orçamento participativo com ações integradas entre o 1º e o 2º grau de jurisdição;
- Implantar o projeto de modernização do sistema de arrecadação, por meio do E-guia judicial e extrajudicial;
- Capacitar magistrados e servidores em orçamento público;
- Elaborar BI de arrecadação e das despesas;
- Reduzir, anualmente, em ao menos 10%, a taxa de evasão das receitas advindas de arrecadação própria.

Fichas dos indicadores estratégicos

INDICADOR						
Perspectiva	Recursos estratégicos.					
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira.					
Nome do indicador	INDICADOR 21: ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.					
O que mede?	Mede o grau de execução do orçamento por projeto, devendo ser executado 100% da fonte 100 no exercício corrente.					
Como medir?	$IEO = \frac{\text{Valor executado}}{\text{Valor Orçado}} \times 100$					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Quadrimestral.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Sistema Financeiro.					
Responsável:	Secretário(a) de Orçamento e Finanças.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

INDICADOR						
Perspectiva	Recursos estratégicos.					
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira.					
Nome do indicador	INDICADOR 22: Índice de aderência da execução orçamentária ao PAC.					
O que mede?	Mede a quantidade de contratações executadas em relação à quantidade de contratações planejadas.					
Como medir?	$IAEOPAC = \frac{\text{Contratações executadas}}{\text{Contratações planejadas}} \times 100$					
ODS	 <p>16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Quadrimestral.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Secretaria de Administração.					
Responsável:	Diretor do Departamento de Recursos Materiais.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	50%	70%	80%	100%

● Planejamento Estratégico 2021-2026

INDICADOR						
Perspectiva	Recursos estratégicos.					
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira.					
Nome do indicador	INDICADOR 23: ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS RELACIONADAS AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.					
O que mede?	Mede o grau de integração das ações orçamentárias seja na LOA ou LDO com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.					
Como medir?	$IIAO = \frac{\text{Quantidade de ações orçamentárias integradas}}{\text{Quantidade total de ações orçamentárias}} \times 100$					
ODS	 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.					
Unidade de medida	Percentual (%).					
Quando medir?	Quadrimestral.					
Quando é melhor?	Maior melhor.					
Onde medir?	Sistema Financeiro.					
Responsável:	Secretário(a) de Orçamento e Finanças.					
Linha de base:	Sem referência (SR).					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	100%	100%	100%	100%	100%	100%






PERSPECTIVA	Recursos estratégicos.
OBJETIVO	Impulsionar a implantação e a gestão de políticas de sustentabilidade.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa à adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.
INDICADORES	1. Índice de desenvolvimento de sustentabilidade (IDS).

Iniciativas estratégicas

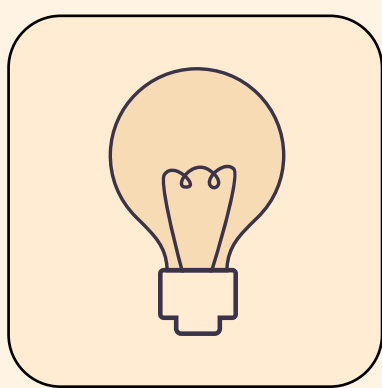
- Automatizar o monitoramento dos indicadores do PLS e disponibilizar para toda gestão na intranet;
- Promover a integridade do ambiente e a sustentabilidade das contratações públicas, incluindo aspectos de acessibilidade e inclusão, nos termos da Resolução nº 347/2020, do CNJ;
- Capacitação de magistrados e servidores na área de sustentabilidade.

Fichas dos indicadores estratégicos

INDICADOR	
Perspectiva	Recursos estratégicos.
Objetivo estratégico	Impulsionar a implantação e a gestão de políticas de sustentabilidade e acessibilidade.
Nome do indicador	INDICADOR 24: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE SUSTENTABILIDADE – IDS.
O que mede?	Mede o desempenho do Tribunal na sustentabilidade.

Como medir?	Consiste em criar um indicador sintético que seja capaz de avaliar, em uma única dimensão, o resultado combinado de vários indicadores distintos, permitindo, assim, comparação objetiva entre os tribunais.
ODS	 <p>3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.</p>
	 <p>6. Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.</p>
	 <p>7. Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.</p>
	 <p>9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p>
	 <p>11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p>
	 <p>12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p>
	 <p>13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).</p>
Unidade de medida	Percentual (%).
Quando medir?	Anual.
Quando é melhor?	Maior melhor.
Onde medir?	Relatório Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário - CNJ.

Responsável:	Juiz Auxiliar do Núcleo de Ações e Programas Socioambientais.					
Linha de Base:	Ano 2020: 68%.					
Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	68,1%	75%	80%	85%	90%	100%



Portfólio de projetos

PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	OBJETO DO PROJETO	ESCOPO	CRONOGRAMA		ORÇAMENTO PREVISTO	UNIDADE	STATUS ATUAL
				INÍCIO	TÉRMINO PREVISTO			
Painel DATAJUD do TJRN.	Aprimorar a qualidade dos dados.	Fazer gestão sobre os dados do DATAJUD.	Acompanhar em tempo real os indicadores utilizados no painel DATAJUD.	2022	2023	sem custo	SGE	Em andamento
Reestruturação do Portal da Transparência.	Garantir os direitos fundamentais.	Dar transparência às informações do TJRN de acordo com as exigências legais.	Para que os jurisdicionados possam ter acesso às informações sobre a gestão do TJRN.	2022	2023	sem custo	SGE	Em andamento
Plano de Ação Estratégico de Implementação da LGPD.	Garantir os direitos fundamentais.	Adequar e acompanhar a LGPD em todo o Judiciário estadual.	Implantar a estruturação organizacional e funcional, assim como estabelecer e executar as medidas mínimas necessárias para a adequação à Lei Geral de Proteção de dados (LGPD). Adquirir um sistema para acompanhamento da execução das ações.	2022	2024	R\$ 1.200.000,00	Setor de Arquivo	Em andamento

● Planejamento Estratégico 2021-2026

Desenvolver ferramenta de precedentes obrigatórios.	Aprimorar a qualidade dos dados.	Propiciar julgamento em lote de precedentes obrigatórios favorecendo a celeridade processual.	Desenvolver ferramenta que possa identificar processos pendentes ou iniciados em que se discutam temas já definidos como precedente obrigatório, sugerindo minuta de ato judicial que se adeque à orientação do tribunal.	2023	2024	Sem custo	SETIC	Em andamento
Alinhar o planejamento estratégico à gestão orçamentária dos projetos.	Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira.	Para melhor direcionar seus recursos para os projetos estratégicos.	Dar mais transparência à gestão orçamentária de forma que o gestor de cada projeto possa monitorar a execução orçamentária de forma mais efetiva.	2022	2023	sem custo	SOF	Em andamento
Implantar processos tratados por solução de inteligência artificial, modelagem de aprendizado de máquina ou automação.	Fomentar a transformação digital.	Disponibilizar um robô (Opus) para auxiliar nos trabalhos de secretaria.	Para auxiliar nos trabalhos de secretaria, gerenciando listas de processos a partir de dados como paralisados, metas, etc.	2022	2023	R\$187.179,60	SETIC	Em andamento
Incentivo ao alcance das Metas de Conciliação e Metas do CNJ.	Fortalecer a política judiciária de soluções alternativas.	Aumentar a celeridade processual.	Ampliação dos CE-JUSC pré-processual e processual em todo o Estado.	2022	2023	Sem custo	NUPEMEC	Em andamento

Portfólios de projetos 

Aperfeiçoamento do Laboratório de Inovação.	Estimular o comportamento inovador e colaborativo.	Promover a inovação.	Desenvolver um banco com ideias classificadas como inovadoras; Implantar as ideias classificadas como inovadoras pelo laboratório de inovação no Poder Judiciário.	2022	2024	Sem custo	POTILAB	Em andamento
Promoção Socioeconômica e Ambiental do Judiciário do RN.	Impulsionar a implantação e a gestão de políticas de sustentabilidade.	Criar a cultura da sustentabilidade.	Ampliar a política de energias renováveis com o acréscimo de painéis fotovoltaicos.	2022	2026	R\$2.130.264,44	DAE	Em andamento
Capacitar membros e servidores do Poder Judiciário.	Aprimorar a Gestão de Pessoas.	Manter o corpo técnico de magistrados e servidores atualizado.	Capacitar magistrados e servidores visando ao melhor desempenho de suas funções na prestação de serviços jurisdicional com foco nas diretrizes estabelecidas pelo CNJ.	2022	2023	Sem custo	ESMARN	Em andamento
Implantação da gestão por centro de custos nas unidades judiciais e administrativas.	Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira.	Maior controle orçamentário por unidade.	Identificar por unidade judiciária os principais custos para racionalizar o dinheiro público.	2023	2024	sem custo	SOF	Não iniciado

● Planejamento Estratégico 2021-2026

Implantação de Políticas de Qualidade de Vida.	Aprimorar a Gestão de Pessoas.	Proporcionar a motivação dos magistrados e servidores.	Implementar práticas de gestão de estresse e promoção da saúde mental no ambiente de trabalho, como sessões de terapia em grupo, palestras de conscientização e disponibilização de recursos de apoio.	2023	2025	sem custo	DRH	Não iniciado
---	--------------------------------	--	--	------	------	-----------	-----	--------------

TJRN

Secretaria de
Gestão Estratégica



Consulte mais informações
sobre o Planejamento Estratégico
do Poder Judiciário do RN.